



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Erechim

PROTOCOLO

Recebido em 31/03/2010

Secretaria Geral

Câmara Municipal de Erechim
APROVADO

Sessão: 05/04/2010

Presidente

INDICAÇÃO nº 015 / 2010

Exmo.Sr.

José Rodolfo Mantovani

M.D. Presidente do Poder Legislativo

Nesta

Excelentíssimo Senhor:

O Vereador abaixo subscrito, amparado pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno desta casa, vem mui respeitosamente requerer que, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, a indicação através do presente projeto sugestão, para a regulamentação das feiras Itinerantes no município de Erechim.

JUSTIFICATIVA

As feiras itinerantes são eventos temporários, que reúnem um grande número de expositores, provenientes deste e de outros Estados Brasileiros, que se instalam nas cidades a fim de comercializar os seus produtos com preços consideravelmente mais vantajosos em comparação àqueles obtidos no comércio local. Estas feiras itinerantes constituem-se em um dos principais problemas enfrentados pelos comerciantes estabelecidos na cidade. Este problema decorre da falta de fiscalização, tanto pelo Fisco Estadual quanto pelo Fisco Federal, quanto à tributação das receitas auferidas pelos participantes destas feiras, e quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos pela lei, para a sua realização, como a emissão de notas fiscais, pedido de realização, entre outros. Ou seja, funcionando na mais completa informalidade, as feiras itinerantes prejudicam o comércio local, pois oferecem preços mais vantajosos aos consumidores, em razão da sonegação fiscal. Com isto, o comércio local, que paga regularmente seus tributos, acaba sofrendo concorrência desleal.

513 SUBSCRITO
Caldart
CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

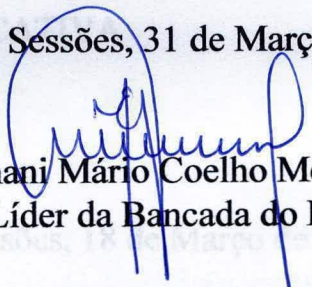
PROJETO DE LEI SUGESTÃO Nº ____/2010.

O presente Projeto de Lei sugestão que “Dispõe sobre a instalação e funcionamento de feiras itinerantes e dá outras providências, é uma medida saneadora, que promete eliminar de vez a picaretagem no comércio de Erechim, a partir das exigências criadas para liberação do alvará e licença de localização e funcionamento. Com isso, protege-se também o consumidor, que muitas vezes adquiria mercadoria com defeito ou falsificada e não tinha a quem reclamar.

Devido a importância que o assunto se reveste, solicitamos que este projeto retorne a esta Casa com a máxima urgência, para a sua aprovação.

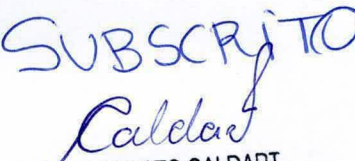
02 - PROJETO DE LEI LEGISLATIVO

03 - SUGESTÃO
Sala das Sessões, 31 de Março de 2010


Ernani Mário Coelho Mello
Ver. Líder da Bancada do PDT

Sala das Sessões, 31 de Março de 2010

VEREADOR ERNANI MÁRIO COELHO MELLO
Líder da Bancada do PDT


SUBSCRITO
CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador

CEZAR AUGUSTO CALDART
VEREADOR



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

PROJETO DE LEI SUGESTÃO Nº ____/2010.

Dispõe sobre a instalação e funcionamento de feiras itinerantes e dá outras providências.

O Vereador requerente, devidamente amparado na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, encaminha o presente Projeto de Lei Sugerido, o qual "*Dispõe sobre a instalação e funcionamento de feiras itinerantes e dá outras providências*", para tramitação nesta Casa Legislativa e apreciação dos nobres pares, no ensejo de que

01 – MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

02 – PROJETO DE LEI LEGISLATIVO

03 – JUSTIFICATIVA

Sala das Sessões, 15 de Março de 2010

Sala das Sessões, 18 de Março de 2010

VEREADOR ERNANI MARIO COELHO MELLO
Líder da Bancada do PDT

CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO


MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO

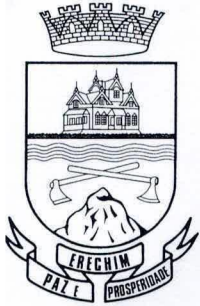
O Vereador requerente, devidamente amparado na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, encaminha o presente Projeto de Lei Sugestão, o qual ***“Dispõe sobre a instalação e funcionamento de feiras itinerantes e dá outras providências”***, para tramitação nesta Casa Legislativa e apreciação dos nobres pares, no ensejo de que este seja acolhido, visto o seu mérito e legalidade.

Sala das Sessões, 15 de Março de 2010


ERNANI MARIO COELHO MELLO

Vereador Líder da Bancada do PDT


CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI SUGESTÃO Nº ____/2010.

Dispõe sobre a instalação e funcionamento de feiras itinerantes e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas e critérios legais e operacionais para funcionamento no Município de Erechim/RS, de feiras itinerantes com exposição e venda de produtos industrializados, artesanais e beneficiados.

Art. 2º Feiras itinerantes é o ato de comércio de bens e serviços ao consumidor final, vendas a varejo, realizado através de instalações temporárias, em espaço unitário ou dividido em estantes individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter provisório, em período previamente determinado.

Art. 3º Executam-se das disposições desta Lei, feiras, exposições e demais eventos que:

- I** – sejam instituídas ou decorram de programas do Poder Público Municipal;
- II** – tenham natureza exclusivamente filantrópica, ou aquelas sem finalidades lucrativas realizadas ou providenciadas por entidades assistenciais do Município, devidamente autorizadas pela autoridade competente;
- III** – tenham caráter exclusivamente promocional para difusão da arte, da cultura ou das ciências;
- IV** – sejam promovidas e realizadas por entidades educacionais de ensino regular, clubes de serviços e associações de classe atuantes e estabelecidas no Município de Erechim há mais de 3 (três) anos, contado retroativamente da data da realização do evento.

Parágrafo único: Ficam dispensados da licença de que trata esta Lei, os eventos previstos nos incisos anteriores, desde que sejam previamente aprovados junto as Secretarias de Planejamento, Cidadania e Promoção Social, e Comissão de Análise prevista no art. 5º e Parágrafo único desta Lei.

Art. 4º É condição indispensável para a instalação do comércio da feira itinerante, o alvará de funcionamento individual de cada expositor e da empresa promotora/organizadora da feira, sob pena de indeferimento geral de sua realização.

Caldart
CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

§ 1º - somente após a autorização expressa do Município, as instalações poderão ser preparadas, os produtos depositados e o local seja aberto, sob pena de multa ante o descumprimento da presente lei, sem prejuízo de apreensão da mercadoria;

Art. 5º A licença de funcionamento e localização para realização de atividades ou eventos temporários com exposições e/ou venda de produtos industrializados ou manufaturados deverá obedecer as seguintes condições:

I – A feira itinerante não poderá ser realizada no mesmo período de eventos pré-definidos em calendário turístico, cultural, artesanal ou promocional deste Município, bem como nos eventos realizados por entidades de classe;

II – O alvará de licença de funcionamento deverá ser requerido individualmente e protocolado com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data prevista para início de sua realização, devendo cada requerimento conter:

a) cópia do contrato de locação ou comodato do imóvel onde será realizada a atividade/evento, devidamente autenticado, cumprida distância mínima de 2.000 (dois mil) metros da área central e de edificações que realizem serviços essenciais e religiosos, como Hospitais e Igrejas;

b) comprovação, através de contrato de locação, devidamente autenticado, com antecedência de pelo menos 20 (vinte) dias da realização da feira, com validade de 30 dias após o encerramento do evento, de área (sala comercial), para possível reclamação dos consumidores, onde o produtor/expositor fará a troca de mercadorias com defeito ou vício, ou intermediará as relações, conforme estabelece o Código de Defesa do Consumidor;

c) contrato social da empresa organizadora, bem como de cada expositor ou firma individual, devidamente registrado no Junta Comercial do Estado de Origem;

d) cópia devidamente autenticada, com prazo de validade, do comprovante de inscrição do CNPJ do organizador da feira e dos expositores, bem como as suas inscrições na Fazenda Estadual;

e) planta com layout da distribuição de espaços e metragens destinados aos expositores ou feirantes, com instalações elétricas, assinada por engenheiro com responsabilidade técnica, destacando-se os espaços destinados aos órgãos de fiscalização do Estado e do Município, de defesa do consumidor, vigilância sanitária e segurança pública, incluindo a reserva para as associações de entidade de classe, contando, ainda, as área de circulação (corredor) que não poderão ser inferior a 3 (três) metro, indicação de entradas, saídas de emergência,

f) localização e instalações sanitárias, sendo que o local de realização do evento devera ser devidamente ventilado, de fácil acesso, inclusive para deficientes físicos, e com saídas amplas em caso de emergência, e possuir sistemas de segurança para garantia do bem estar e tranquilidade dos visitantes e expositores, devendo se comprovada a disponibilidade de área para estacionamento de veículos de clientes, salvo quando o local do evento for próximo a Avenidas e Praças onde já existem áreas de estacionamento;

g) declaração do período de duração de estacionamento;

h) comprovação da existência de telefone público no local;

Caldart
CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM


PODER LEGISLATIVO

- i) comprovação da existência, no local, de sanitários separados, rampas de acesso para deficientes e idosos, inclusive com placas indicativas;
- j) comprovante de pagamento das taxas de localização, funcionamento e expediente do Município de Erechim, individual para cada expositor;
- k) parecer favorável da Vigilância Sanitária com auxílio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, quando houver utilização de fonte sonora;
- l) laudo de aprovação das instalações pelo Corpo de Bombeiros;
- m) carta de apresentação da entidade representativa de classe do Município de Erechim, (Associação Comercial e Indústria, Associação das Micro e Pequenas Empresas, Câmara de Dirigentes Lojistas, e Sindicato do Comércio Varejista);
- n) contrato social da empresa organizadora da feira, devidamente registrado;
- o) certidões de regularidade fiscal municipal, estadual e federal do organizador da feira e de todos os expositores;
- p) certidão(ões) negativa(s), do organizador ou promotor do evento e de todos os participantes, fornecida(s) pelo Cartório Distribuidor e Cartórios de Protesto (da(s) Comarca(s) onde tenham sede, no que se refere a execuções, ações monitórias, cobrança, falecias e concordatas, feitos criminais e protestos;
- q) comprovante de comunicação da realização da feira às Secretarias da Fazenda do Estado e do Município;
- r) relação nominal expositoras com seus dados cadastrais (nome, endereço completo, CNPJ, inscrição estadual, ramo de atividade e relação dos produtos a serem comercializados ou expostos);
- s) apólice de responsabilidade civil para cobertura de danos pessoais, materiais e morais que atinjam visitantes, freqüentadores, clientes da feira ou evento, bem como de servidores públicos e trabalhadores em serviço, no montante de R\$
- t) cópia da solicitação da presença da Polícia Militar no local e, se for próximo a Rodovia Federal, a solicitação da presença da Polícia Federal para garantir a segurança do evento.

Art. 6º Protocolado o requerimento, a administração apresentará à Comissão de Análise e exigirá a documentação necessária. Em caso da referida Comissão deliberar aprovando o pedido, o Município expedirá as guias do alvará.

Parágrafo único: A Comissão de Análise, citada no “caput” deste artigo, será designada através de Decreto pelo Prefeito Municipal e será composta pelos seguintes membros:

- I – um membro indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II – um membro indicado pelo Poder Legislativo Municipal;
- III – um membro indicado pelo PROCON;
- IV – um membro indicado pela Associação Comercial e Industrial;
- V – um membro indicado pela CDL;
- VI – um membro indicado pelo CONSEPRO.


CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Art. 7º Fica proibida a instalação de feiras itinerantes em prédios pertencentes ao município, ou sob sua administração.

Parágrafo único: Poderão ser liberados prédios e locais públicos para a realização de feiras que visem exposição e/ou vendas de produtos considerados de avanço tecnológico e indispensáveis ao progresso e ao desenvolvimento da indústria e do comércio local, sem similares no Município.

Art. 8º Além do disposto no artigo anterior, para realização de feiras itinerantes, o alvará de funcionamento somente será deferido mediante cessão de espaço no local de realização do evento a instalação de representantes dos seguintes órgãos:

- I – PROCON ou órgão de defesa do consumidor equivalente;
- II – Polícia Militar;
- III – Secretaria de Estado da Fazenda;
- IV – CONSEPRO – Conselho Comunitário de Segurança Pública.

Art. 9º As instalações para a realização do evento deverão estar concluídas pelo menos 72 (setenta e duas) horas antes de seu início para que possam ser vistoriadas pelos órgãos técnicos e fiscais do Município;

I – Todos os produtos deverão estar nos locais determinados pelo menos 3(três) horas antes do início da feira, a fim de serem examinados pelos fiscais de serviço.

II – Os fiscais municipais permanecerão na feira durante o período de seu funcionamento, observando e fazendo cumprir as normas municipais.

Art. 10- Fica instituída a TAXA DE FUNCIONAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE FEIRAS ITINERANTES, que tem como fato gerador o exercício de poder de polícia para a outorga da licença, o acompanhamento diário do seu funcionamento e a fiscalização de eventos de natureza itinerante no Município.

§ 1º A taxa de que trata este artigo será como base de cálculo o custo da atividade municipal de fiscalização, considerando-se, para apuração de seu valor, o espaço destinado à instalação do evento, bem como o tempo de sua permanência no município e será cobrada de acordo com a seguinte tabela:

I – evento com período de permanência até 5 (cinco) dias R\$..... o metro quadrado(m²)

II – evento com período de permanência superior a 5(cinco) dias e até no limite de 7(sete) dias R\$..... o metro quadrado(m²)

§ 2º Os valores fixados neste artigo serão atualizados, observados os mesmos índices e periodicidade aplicados aos demais créditos da Fazenda nacional.

§ 3º O sujeito passivo da taxa de que trata este artigo é a empresa organizadora do evento.

Caldart
CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

§ 4º O recolhimento da taxa a que se refere este artigo deverá ser efetuado no prazo de 5(cinco) dias antes do início do evento, sob pena de não ser deferida a sua licença, o que inviabilizará a sua abertura.

Art. 11 Nos eventos em que a empresa promotora cobrar ingresso da população, o mesmo não poderá exceder a 2%(dois por cento) do salário mínimo vigente.

Parágrafo único: Do valor arrecadado com ingressos, 50% (cinquenta por cento) da receita bruta deverá ser destinada a entidades prestadoras de serviços sociais no município.

Art. 12 - O prazo de duração das feiras fica limitado ao máximo de 7 (sete) dias corridos e improrrogáveis.

Art. 13. Não será permitida a realização das denominadas feiras itinerantes, durante 60 (sessenta) dias anteriores as datas comemorativas da Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais, Dia da Criança e Natal.

Art. 14 Em se tratando de feira itinerante de produtos alimentícios e perecíveis, ou sujeitos a prazos de validade para consumo, deverão as autoridades sanitárias do Município exercer constante e rigorosa vigilância sobre as origens e validades dos referidos produtos.

Art. 15 Os produtos a serem comercializados pelos expositores deverão estar de acordo com as normas técnicas do INMETRO.

Art. 16 Deverá, obrigatoriamente, em todo o período do evento, haver instalação de um Posto Médico, com auxiliar de enfermagem e médicos, inscritos no Conselho Regional de Medicina do Estado do RS, contratados pela empresa promotora da feira.

Art. 17 Os promotores e organizadores das feiras, exposições e eventos similares, responderão solidariamente pelos danos decorrentes das relações de consumo havido entre os participantes e os consumidores, ficando desde já definido que o foro para dirimir quaisquer pendências oriundas daquelas relações será o da Comarca local.

Art. 18 À empresa promotora da feira, bem como os seus expositores, que não cumprirem o disposto desta Lei, ficam sujeitos à aplicação de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por estande, ou R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia para toda a feira, esta última lançada em nome do promotor/organizador, sem prejuízo do fechamento da feira e apreensão das mercadorias expostas ou destinadas à comercialização.

Caldart
CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Art. 19 Satisfeitos os pressupostos para deferimento do alvará de funcionamento, a promotora deverá recolher aos cofres municipais a taxa contida na legislação vigente.

Parágrafo Único: O alvará só será expedido após comprovação do recolhimento das taxas.

Art. 20 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de Março de 2010

Ver. Ernani Mario Coelho Mello
Líder da Bancada do PDT

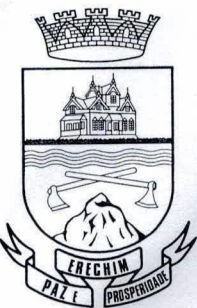
CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador

Devido a importância que o assunto se reveste, solicitamos que este projeto retorne a esta Casa com a máxima urgência, para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 18 de Março de 2010

Ver. Ernani Mario Coelho Mello
Líder da Bancada do PDT

CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador



Estado do Rio Grande do Sul

CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

JUSTIFICATIVA

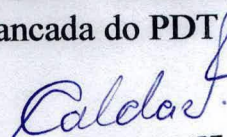
As feiras itinerantes são eventos temporários, que reúnem um grande número de expositores, provenientes deste e de outros Estados Brasileiros, que se instalam nas cidades a fim de comercializar os seus produtos com preços consideravelmente mais vantajosos em comparação àqueles obtidos no comércio local. Estas feiras itinerantes constituem-se em um dos principais problemas enfrentados pelos comerciantes estabelecidos na cidade. Este problema decorre da falta de fiscalização, tanto pelo Fisco Estadual quanto pelo Fisco Federal, quanto à tributação das receitas auferidas pelos participantes destas feiras, e quanto ao cumprimento dos requisitos exigidos pela lei, para a sua realização, como a emissão de notas fiscais, pedido de realização, entre outros. Ou seja, funcionando na mais completa informalidade, as feiras itinerantes prejudicam o comércio local, pois oferecem preços mais vantajosos aos consumidores, em razão da sonegação fiscal. Com isto, o comércio local, que paga regularmente seus tributos, acaba sofrendo concorrência desleal.

O presente projeto que *“Dispõe sobre a instalação e funcionamento de feiras itinerantes e dá outras providências”*, é uma medida saneadora, que promete eliminar de vez a picaretagem no comércio de Erechim, a partir das exigências criadas para liberação do alvará e licença de localização e funcionamento. Com isso, protege-se também o consumidor, que muitas vezes adquiria mercadoria com defeito ou falsificada e não tinha a quem reclamar.

Devido a importância que o assunto se reveste, solicitamos que este projeto retorne a esta Casa com a máxima urgência, para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 18 de Março de 2010

Ver. Ernani Mário Coelho Mello
Líder da Bancada do PDT


CEZAR AUGUSTO CALDART
Vereador